

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.152 - MS (2020/0268311-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ERMELINDA FERNANDES MENDONÇA
ADVOGADOS : JOSIANE ALVARENGA NOGUEIRA - MS017288
ALEX FERNANDES DA SILVA - MS017429
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : WILSON SALES BELCHIOR - MS020233

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ERMELINDA FERNANDES MENDONÇA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – CARTÃO DE CRÉDITO COM MARGEM CONSIGNÁVEL – AUSÊNCIA DO CONTRATO – CANCELAMENTO DA RESERVA – DANO MORAL NÃO CONFIGURADO – MERO ABORRECIMENTO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Não cabe indenização por dano moral pelo simples bloqueio da margem relativa aos serviços de cartão de crédito, mormente quando não houve descontos no benefício previdenciário.

Recurso conhecido e desprovido.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 489, II, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC, ao argumento de omissão e de ausência de fundamentação no julgado recorrido, com base no seguinte:

O(a) recorrente interpôs recurso de embargos de declaração contra a decisão judicial, sob o fundamento de que a mesma seria omissa, ao deixar de pronunciar-se acerca de matéria alegada no recurso e porque teria deixado de seguir jurisprudência invocada, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

[...]

Neste ponto, temos que a decisão recorrida foi omissa, na medida que não enfrentou argumento relevante deduzido pelo(a) recorrente, capaz de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador, levando ao provimento do recurso.

De acordo com o art. 489, §1º, inciso IV, do CPC, não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

O art. 489, §1º, IV, do CPC, tem fundamento no art. 93, IX, e no art. 5º, LV, da CF.

Deste modo, não pode ser considerado fundamentado o acórdão que deixar de refutar, uma a uma, as teses suscitadas pelas partes, em uma motivação qualificada (fl. 217).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186 e 927 do CC, e dos arts. 6º, VI, e 14 do CDC, no que concerne à configuração do ato ilícito, trazendo os seguintes argumentos:

No caso, é incontroverso que houve falha na prestação de serviços, e que houve descontos indevidos no benefício previdenciário do(a) recorrente.

No caso posto, o(a) recorrido(a) praticou ato ilícito ao realizar empréstimo consignado vinculado ao benefício previdenciário do(a) recorrente aposentadoria da consumidora sem observância das normas aplicáveis ao contrato em espécie, especialmente ao que dispõe a Instrução Normativa do INSS nº 28/2008 e o dever de contratar com pessoas analfabetas mediante escritura pública.

Referido ilícito foi capaz de causar abalo moral no(a) recorrente, posto que o(a) consumidor(a) não realizou os empréstimos os quais passou a sofrer descontos indevidos no seu benefício previdenciário, o que gera nítido constrangimento manifestado não só pelo dissabor de constatar que não pode lançar mão de toda a justa remuneração mensal para a satisfação de necessidades básicas e pessoais, como pelo sentimento de impotência em ser submetido a descontos indevidos sem nada poder fazer a respeito. No presente caso, o negócio nulo gera dano moral.

Sendo a contratação nula, é presumido do dano moral daí decorrente, até porque, houve o desconto de valores do benefício previdenciário do(a) recorrente, que possui natureza salarial (fls. 221-222).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da

controvérsia”), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC de 2015, sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado e/ou a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.466.877/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 12/5/2020; AgInt no REsp n. 1.829.871/MG, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 20/2/2020; REsp n. 1.838.279/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 28/10/2019; e REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018.

Quanto à segunda controvérsia, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso em concreto, entendo que o simples fato da instituição financeira ter reservado parte da margem consignável sem a prévia anuência da recorrente e sem efetuar nenhum desconto não é suficiente para ensejar indenização a título de danos morais, porquanto não é hábil a gerar substancial repercussão capaz de acarretar intenso sofrimento (dano moral subjetivo) ou de efetivamente vulnerar direito de personalidade (dano moral objetivo). Não houve, por assim dizer, ofensa, tampouco constrangimento, mas sim mero aborrecimento, o que não é indenizável (fl. 185).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que para dissentir da conclusão do Tribunal de origem, quanto à qualificação dos fatos como mero dissabor ou suscetíveis de gerar danos morais, seria necessária a incursão no conjunto fático-probatório carreado aos autos.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela ocorrência de mero dissabor, afastando o dano moral. A revisão do entendimento adotado encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte”, (AgRg no AREsp n. 448.372/RS, relatora Ministra Maria

Superior Tribunal de Justiça

Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 13/11/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.652.952/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020; AREsp 1.605.195/BA, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 27/2/2020; e AgInt no AREsp 964.314/RS, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 27/3/2018.

Quanto à terceira controvérsia, na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido: “Não se conhece de recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial quando esta não esteja comprovada nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 (reeditado pelo art. 1.029, § 1º, do NCPC), e 255 do RISTJ. Precedentes”. (AgInt no AREsp 1.615.607/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/5/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp 1.575.943/DF, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 2/6/2020; AgInt no REsp 1.817.727/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 18/5/2020; AgInt no AREsp 1.504.740/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 8/10/2019; AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente